

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

TÂMMILIS VON RONDOW

**A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012 E O PRINCÍPIO DA
VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Monografia**

**CACOAL – RO
2018**

TÂMMILIS VON RONDOW

**A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012 E O PRINCÍPIO DA
VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Direito, sob a orientação da professora
Especialista Graciela Flávia Hack.

**CACOAL – RO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

R771p Rondow, Tâmmilis Von.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 65/2012 e o princípio da vedação
ao retrocesso socioambiental / Tâmmilis Von Rondow. -- Cacoal, RO, 2018.

51 f.

Orientador(a): Prof. Esp. Graciela Flávia Hack

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação
Universidade Federal de Rondônia

1.Princípio da vedação. 2.Direito ambiental. 3.Retrocesso socioambiental.
I. Hack, Graciela Flávia. II. Título.

CDU 349.6

**A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012 E O PRINCÍPIO DA
VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL**

Por

TAMMILIS VON RONDOW

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora Esp. Graciela Flavia Hack - UNIR - Presidente

Professora M.e _____ - UNIR - Membro

Professor M.a _____ - UNIR - Membro

Conceito: 9,4

Cacoal, de 05 de julho 2018.

À minha família pelo apoio e compreensão pelos
momentos ausentes durante a formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS pela oportunidade de alcançar mais uma vitória em minha vida, pelas vezes que pedi força para continuar estudando e fui atendida.

A meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e dando todo o auxílio necessário, para que pudesse assim concluir essa etapa.

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e me animando em momentos em que eu acreditava que a dificuldade era maior do que realmente era.

A professora Graciela Flavia Hack, que desde o início do trabalho se mostrou presente, mesmo diante de dificuldades mostrou além do seu profissionalismo, a sua amizade e interesse, auxiliando e sanando dúvidas corriqueiras de um estudo como esse.

À professora Sônia Mara Nita que, com esforço aguerrido e paciência infindável conduziu as disciplinas de Monografia I e II.

Por fim, agradeço as minhas amigas, Karina Balbino Ciupak e Sabryna Lais Almeida de Oliveira. Vocês foram o bem mais precioso angariado neste curso. Nossa amizade fez com que esses cinco longos anos fossem, se não mais fáceis, muito mais leves e divertidos. Muito disto é devido a vocês. Pretendo com toda certeza levar isso para o restante de minha vida.

Obrigada!

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Paulo Freire

RESUMO

O Direito Ambiental é a área do conhecimento jurídico que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente. O princípio da vedação do retrocesso está de modo direto ligado à eficácia protetiva dos direitos fundamentais. O ser humano é o centro dos cuidados constitucionais, e os cuidados com o meio ambiente é entendido como promoção desses cuidados, garantindo a dignidade humana a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 afirma que o meio ambiente é um bem de uso comum além de ser essencial para a qualidade de vida da população devendo todos preservar este meio ambiente para as futuras gerações. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O princípio da precaução é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Ao longo das últimas décadas a expressão “desenvolvimento sustentável” foi incorporada não apenas como conceito originário das ciências biológicas, mas também como elemento ideológico de segmentos da sociedade moderna. Mais do que nunca, o termo desenvolvimento sustentável está na moda, e isso faz com que no Brasil diversos segmentos sociais manifestem suas posições a respeito das ideias que têm sobre ele. O princípio da vedação do retrocesso significa que, uma vez assegurados no plano infraconstitucional, os direitos fundamentais adquirem o status de direitos subjetivos, subtraindo-se da esfera de plena disponibilidade do legislador, não podendo mais ser reduzidos ou suprimidos sob pena de violação ao princípio da confiança. O Estado deve atuar progressivamente na proteção do meio ambiente. É irrefutável tratar-se de missão constitucional direcionada aos três poderes estatais no sentido de ampliar, ou ao menos manter, os níveis de proteção ambiental.

Palavras-chave: Princípio da Vedação. Direito Ambiental. Retrocesso Socioambiental.

ABSTRACT

Environmental law is the legal knowledge that studies the interactions between man and the nature and the legal devices to protect the environment. The Principium of retrocession prohibition is connected to the protective efficiency of the fundamental rights. The human being is the center of constitutional cares and caring for the environment is considered a promotion of theses cares, ensuring human dignity. The Federal Constitution, in its Article 225, affirms that the environment is a good of common use, as well as it is fundamental for the quality of life of the population, having it as an obligation the preservation of the environment for future generations. Everybody has the right to an ecologically balanced environment, good of common use of the people and a healthy quality of life, enforcing the Public Power and the community the duty of defend it and preserve it to the present and future generations. The precautionary principle is the assurance against potential risks that, according to present knowledge, cannot be identified. Over the past decades, the expression "sustainable development" has been incorporated not only as a concept of biological science, but also as an ideological element of the modern society sectors. More than ever, the sustainable development term is trending, making that several social sectors give their opinion about it, here in the country. The principium of retrocession prohibition means that, once secured in the infra-constitutional plan, the fundamental rights acquire a subjective right status, subtracting it from the legislator's full availability, that can be no longer reduced or suppressed under penalty of violating the principle of trust. The State must act progressively on the protection of the environment. It is compelling to handle the constitutional mission directed to the three State Powers in the sense of expanding, or at least maintaining, the levels of environmental protection.

Keywords: Principium of retrocession prohibition. Environmental law. Social environmental setbacks

LISTA DE SIGLAS

ART	–	Artigo
CF	–	Constituição Federal
CONAMA	–	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	–	Estudos de Impacto Ambiental
LI	–	Licença de Instalação
LO	–	Licença de Operação
LP	–	Licença Provisória
MMA	–	Ministério do Meio Ambiente
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PEC	–	Proposta de Emenda à Constituição
RIMA	–	Relatório de Impacto Ambiental
SISNAMA	–	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STF	–	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DO DIREITO AMBIENTAL	13
1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS	14
1.1.1 Princípio do Desenvolvimento Sustentável	14
1.1.2 Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado	16
1.1.3 Princípios da prevenção e da precaução	19
1.1.4 Mínimo Ambiental	21
1.1.5 Desenvolvimento Sustentável	23
1.1.6 Princípio da Natureza Pública da Proteção Ambiental	27
1.1.7 Princípio da vedação do retrocesso ecológico	28
2 DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	29
2.1 TIPOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	31
2.1.1 Licença Prévia (LP)	31
2.1.1.1 EIA e RIMA	32
2.1.1.2 RCA	32
2.1.1.3 PCA	33
2.1.2 Licença de Instalação (LI)	33
2.1.3 Licença de Operação (LO)	34
2.2 ESTUDOS AMBIENTAIS	34
3 DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL E A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012	37
3.1 O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL	37
3.2 PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL NÚMERO 65/2012	41
3.3 O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL FRENTE À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O Direito Constitucional, notadamente na Teoria dos Direitos Fundamentais, tem caminhado no sentido de evolução e aprimoramentos constantes. As diversas alterações na realidade global, aliadas à necessidade de adaptação às novas exigências sociais, transformam os textos das constituições em autênticas construções abertas, que necessitam da mudança para permanecerem viva (SANTOS, 2012). O Direito Ambiental está conectado à dignidade da pessoa humana, aos valores e costumes, à cidadania, à soberania e ao pluralismo político. Pode ser estabelecido como um direito que tem por destinação conduzir a apropriação econômica dos bens ambientais (MAFRA, 2018).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, ao afirmar e garantir o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ratificar o princípio da dignidade humana como um dos fundamentos da República, eleva a proteção ambiental a um novo patamar (SANTOS, 2012). A dignidade da pessoa humana é o centro da ordem jurídica democrática, não é possível separar o princípio da dignidade da pessoa humana do Direito Ambiental. Os princípios jurídicos de um modo geral servem de pilar para sustentar os direitos positivamente conhecidos (MENDES, 2012).

A proteção ambiental proporciona bem-estar social e renda da população, por esse motivo em grande parte das declarações internacionais sobre o meio ambiente destacam a necessidade de desenvolvimento econômico, sendo este sustentável. Se concretiza no direito ao desenvolvimento sustentável, que se faz presente em vários textos normativos tanto nacionais, como internacionais (LIRA; CÂNDIDO, 2013).

O princípio da vedação do retrocesso está de modo direto ligado à eficácia protetiva dos direitos fundamentais. Sarlet (2006) afirma que a cláusula de vedação

de retrocesso socioambiental tem por finalidade garantir o resguardo dos direitos fundamentais ao meio ambiente equilibrado, à vida, à saúde, devendo ser efetuada pelo Poder Judiciário nos casos em que há redução do âmbito de proteção dos direitos já existentes praticados por administrador público e legislador infraconstitucional. Essa cláusula tem como objetivo, a preservação do bloco normativo já instituído e consolidado no ordenamento jurídico, assegurando o domínio dos atos do Poder Público que diminuam ou extingam a utilização dos direitos sociais e ambientais.

O ser humano é o centro dos cuidados constitucionais, e os cuidados com o meio ambiente é entendido como promoção desses cuidados, garantindo a dignidade humana. Linhares e Piemonte (2011) salientam que isso é claramente visto no artigo 225 da Constituição. Logo, qualquer violação desse direito, o indivíduo estará sujeito conforme o parágrafo 3º do artigo mencionado a sanção pelos danos praticados ao meio ambiente, podendo essa responsabilidade ser civil, administrativa ou penal.

Vasconcelos (2012) exalta que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 afirma que o meio ambiente é um bem de uso comum além de ser essencial para a qualidade de vida da população devendo todos preservar este meio ambiente para as futuras gerações. É possível notar ainda que em seu parágrafo 1º é detalhada a responsabilidade do poder público, tendo ele o dever de assegurar esse direito à população, buscando um desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Caso esse direito seja violado sendo considerado lesivo o ato praticado, conforme o parágrafo 3º da CF, o responsável estará sujeito a sanções penais e administrativas.

A PEC 65/2012 tem por finalidade acrescentar um novo parágrafo no artigo 225 da Constituição Federal. Bartholomeu (2016) explica que esse parágrafo foi elaborado para assegurar que obras públicas tenham continuidade, tendo apenas um estudo prévio de impacto ambiental como suficiente para autorizar a realização dessas obras. Visa, então, impedir a suspensão ou cancelamento de obras públicas após a permissão de licença ambiental, garantindo a economia de recursos e a rapidez em obras públicas. Contudo há estudos que questionam a constitucionalidade desse novo parágrafo, afirmando ser de grande importância o Estudo de Impacto Ambiental, verificando a viabilidade ambiental determinando a

melhor alternativa, porém esse estudo não configura como autorização ou licença ambiental.

Uma lei ao reger deliberado mandamento constitucional, estabelece um direito pertencendo este a sociedade, logo, não podendo ser eventualmente extinto. Uma lei posterior não pode abolir uma garantia ou um direito, sob pena de possibilitar um retrocesso, revogando um direito estabelecido na Constituição Federal. É possível afirmar que o retrocesso é sujeito de aplicação às normas infraconstitucionais que regem direitos fundamentais.

Para Saraiva Filho (2017) diante da PEC 65/2012 é possível questionar se haverá retrocesso e extinção de algum direito fundamental garantido a sociedade. É ainda discutível se essa alteração no artigo 225 da Constituição Federal é viável para o meio ambiente ou apenas para as obras públicas e a economia de recursos do Estado. Pode-se verificar então a importância desse estudo, pois se trata de uma garantia básica da sociedade e do Estado.

1 DO DIREITO AMBIENTAL

São várias as nomenclaturas conferidas a essa disciplina jurídica, como por exemplo: Direito Ambiental, Direito do Meio Ambiente, Direito do Ambiente, Direito Ecológico. No Brasil, a tendência entre os doutrinadores é denominar esse recente ramo do direito de “Direito Ambiental”.

O Direito Ambiental é a área do conhecimento jurídico que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente. É uma ciência holística que estabelece relações intrínsecas e transdisciplinares entre campos diversos, como antropologia, biologia, ciências sociais, engenharia, geologia e os princípios fundamentais do direito internacional, dentre outros (MIRRA, 2006)

No Brasil, o emergente Direito Ambiental estabelece novas diretrizes de conduta, fundamentadas na Política Nacional do Meio Ambiente (lei 6.938, de 31/8/81). Esse código estabelece definições claras para o meio ambiente, qualifica as ações dos agentes modificadores e provê mecanismos para assegurar a proteção ambiental (BRASIL, 1981)

A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos (ESTOCOLMO, 1972).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972 se construiu o texto conhecido por “Declaração de Estocolmo”. O seu parágrafo quinto revela o seguinte texto:

O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa.

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser

preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento (ESTOCOLMO, 1972).

O princípio da precaução nos termos da Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Declaração do Rio de 1992

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (BRASIL, 1992).

Em outras palavras pode-se afirmar que o princípio da precaução possui caráter moral e político, e estabelece que se uma atividade pode ocasionar um prejuízo ambiental irreversível, na inexistência de conhecimento científico indiscutível, a responsabilidade da comprovação é de quem pleiteia a atividade.

1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS

1.1.1 Princípio do Desenvolvimento Sustentável

O princípio do desenvolvimento sustentável pretende compatibilizar a atuação da economia com a preservação do equilíbrio ecológico. A Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (GARCIA; SOUZA, 2007. pág 111).

Ele tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje a nossa disposição (GARCIA; SOUZA, 2007).

A legislação ambiental brasileira apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável na lei 6.938/81, Política Nacional de Meio Ambiente, a qual em seu artigo 2º dispõe:

“A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando

assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

E no artigo 4º estabelece que a Política Nacional do Meio Ambiente vise à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (BRASIL, 1981).

Em 1988 a Constituição Federal em seus artigos 170 e 225 abraçou o conceito de desenvolvimento sustentável dado pela Lei 6.938/81. O primeiro artigo está inserido no Capítulo que trata da Ordem Econômica e Financeira e o segundo no Capítulo Do Meio Ambiente, ambos referem-se ao desenvolvimento econômico e social desde que observada a preservação e defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações (SILVESTRE, 2002).

Ao analisar as principais correntes doutrinárias que levariam a mudança do paradigma antropocêntrico para o ecocêntrico. A terminologia antropocentrismo advém de um vocábulo híbrido de composição greco-latina, do grego: *antropos*, o homem; do latim: *centrum*, *centricum*, o centro. Em suma, genericamente, tal concepção faz do ser humano o centro do Universo. A espécie humana ascende ao status de referência máxima e absoluta de valores, em torno da qual gravitam os demais seres (ABREU; BUSSINGUER, 2013).

Estudando as correntes animalistas e holísticas, destacando, entre as existentes, as que entendemos serem mais relevantes. As teorias holísticas possuem a melhor fundamentação, pois não se restringem a apenas uma categoria de seres destinados a uma proteção. Elas tentam demonstrar a importância de um meio ambiente equilibrado e de como todo o sistema ecológico se beneficiaria com essas práticas. O homem, assim como os demais seres, para sobreviver, causa, necessariamente, um dano ao meio ambiente, mas esse dano deve ser controlado para não romper o equilíbrio da terra. Ao pensar dessa maneira, não apenas os homens e os animais serão protegidos, mas toda a biosfera (BORGES, 2015).

As teorias holísticas têm grande importância no papel fundante de um novo paradigma ecológico, já que não se restringem à apenas um ou alguns setores de proteção da vida. Os sinais da mudança gradual de paradigma podem ser notados em todas as grandes revoluções científicas da humanidade. A história demonstra que esse processo em direção à mudança de paradigma está ocorrendo (BORGES, 2015).

Numa primeira fase, ocorre a dúvida quanto às mudanças propostas, numa segunda fase o paradigma tenta operar mudanças dentro do próprio sistema para fazer as mudanças sociais se adaptarem às suas regras propostas. Numa última, o padrão adotado é considerado insustentável e há o rompimento do paradigma anterior e surgimento de um novo (BORGES, 2015).

Santos, Rodrigues e Brandão (2014) salientam que também, o Poder Judiciário brasileiro, através dos julgados do Supremo Tribunal Federal, tem apontado que:

[...] princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações (ADI-MC nº 3540/DF - Rel. Min. Celso de Mello - DJU de 07/02/2006).

A Corte Excelsa brasileira, na presente jurisprudência, aponta mais uma vez, o princípio do desenvolvimento sustentável como vetor hermenêutico, tanto no direito nacional como internacional, que impõe que as situações de conflito entre a proteção ao meio ambiente e os postulados econômicos sejam resolvidos em prol da sociedade atual e futura, garantindo-se a proteção à pessoa humana (SANTO; RODRIGUES; BRANDÃO, 2014).

Nota-se então, a suma importância desse princípio e sua ligação com as questões ambientais protegidas e garantidas pela Constituição Federal de 1988.

1.1.2 Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado

Os direitos fundamentais não estão adstritos à previsão somente no artigo 5º da Constituição Brasileira. O caput do artigo 225 prevê que a pessoa humana é titular do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público

e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, contudo, demorou bastante para ser previsto na Constituição Brasileira, muito antes disso já tinha sido reconhecido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972 , depois pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e pela Carta da Terra em 1997 . A própria Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, já contemplava esse princípio como direito fundamental da pessoa humana nos seus artigos 2º e 4º Deve-se entender por meio ambiente ecologicamente equilibrado aquele onde não haja poluição, com salubridade e higidez, que assegure a sadia qualidade de vida, o que proporciona a materialização da dignidade da pessoa humana (AGUIAR, 2014).

[...] o caráter fundamental do direito à vida torna inadequados enfoques restritos do mesmo em nossos dias; sob o direito à vida, em seu sentido próprio e moderno, não só se mantém a proteção contra qualquer privação arbitrária da vida, mas além disso encontram-se os Estados no dever de buscar diretrizes destinadas a assegurar o acesso aos meios de sobrevivência a todos os indivíduos e todos os povos. Neste propósito, têm os estados a obrigação de evitar riscos ambientais sérios à vida (AGUIAR, 2014. pag 232).

A promulgação da Lei nº 6.938 representa a ruptura do paradigma da proteção jurídica fragmentada e inspirada na falácia do progresso a qualquer custo, bem como a assunção de uma perspectiva ampliada do meio ambiente como objeto de proteção jurídica. A mencionada Lei não partiu do clamor social, mesmo porque foi editada em pleno regime de exceção, mas gradualmente ganhou a simpatia e a legitimidade popular (FARIAS; ALVARENGA, 2013).

Jurisprudência - Acórdão na Representação 1.048-1/PB.

Essa decisão conseguiu identificar e afirmar valores ecológicos dentro do ordenamento jurídico, de maneira a se tornar uma referência jurisprudencial de destaque na história do direito ambiental brasileiro. Embora a Representação 1.048-1/PB tenha tramitado no período em que a ordem constitucional não abrigava os valores ecológicos, o seu julgamento certamente sofreu influência da citada Lei, que entrara em vigor pouco mais de dois meses antes, bem como das primeiras discussões e publicações jurídicas e não jurídicas na área ambiental. Com isso,

esse assunto começou a ganhar espaço ao mesmo tempo na legislação e na jurisprudência do STF, que começou a reconhecer o caráter fundamental do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado antes da Constituição Federal de 1988 (FARIAS; ALVARENGA, 2013).

A análise dos discursos que culminaram na decisão da Representação 1.048-1/PB, à partida, já na manifestação do então Subprocurador-Geral da República, vê-se emergir duas ideias integram o núcleo semântico do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado em sua versão teórico-jurídica contemporânea. O primeiro concerne à percepção do caráter essencialmente difuso, irreduzível a uma circunscrição geográfica particular da tutela ambiental; o segundo, à apreensão do aspecto paisagístico inerente à proteção de tal direito fundamental. A noção de "qualidade de vida" parece cumprir uma função estruturante do conteúdo da decisão, renunciando a visão da capacidade de a paisagem.

Denotam-se os discursos a associação lógica entre o conteúdo dos preceitos da Constituição paraibana - cujo significado, à luz do direito ambiental contemporâneo, revelar-se-ia espacialmente restrito tão somente à primeira vista - e o conteúdo de um propriamente dito "direito fundamental ao meio ambiente", então em franco processo de construção social e elaboração teórico-jurídico, como referido no item anterior desta recensão. Caminha-se no sentido do reconhecimento da amplitude universal, em termos geográficos e subjetivos, da tutela do meio ambiente e da paisagem, assumindo-se a perspectiva de que tais objetos da proteção jurídica interessam, essencialmente, a toda a comunidade de pessoas, incluindo as futuras gerações, e não somente aos cidadãos da Capital paraibana e de Campina Grande.

Com efeito, associada às noções de transindividualidade jurídica e de "transcendência" geográfica atinentes à proteção do meio ambiente e da paisagem, também compõe o pano de fundo do discurso do Ministro-Relator a compreensão de que a proteção paisagística comporta interesses transtemporais, renunciando a ideia de solidariedade diacrônica que integra, na contemporaneidade, o núcleo do conceito de desenvolvimento sustentável.

A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a defesa do meio ambiente, que traduz conceito amplo

e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial e de meio ambiente laboral.

Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural.

Cumpra salientar na linha do que vem de ser afirmado, a precisa lição ministrada por Bonavides (1993) que confere particular ênfase, entre os direitos de terceira geração, ao direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado:

Com efeito, um novo polo jurídico de alforria do homem se acrescenta historicamente aos da liberdade e da igualdade. Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se neste fim de século enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Tem primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta. Os publicistas e juristas já os enumeram com familiaridade, assinalando-lhes o caráter fascinante de coroamento de uma evolução de trezentos anos na esteira da concretização dos direitos fundamentais. Emergiram eles da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade.

Sendo assim, rememora-se que “a atividade econômica não pode ser exercida em desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente”.

1.1.3 Princípios da prevenção e da precaução

O princípio da precaução surgiu na Alemanha, após várias degradações ambientais. O governo preocupado com tal situação criou mecanismos para combater os atos que ocasionavam essas. A partir disso, esse princípio foi trazido para o âmbito internacional, onde teve várias regulamentações em diversos Acordos e Convenções Internacionais, tais quais Convenção da Diversidade Biológica, Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, dentre

outros. No Brasil, esse princípio obteve outras regulamentações, inclusive aplicação de forma variada, porém rígida. O princípio da precaução, pedra de toque do Direito Ambiental, sempre será encontrado quando, por ocasião de qualquer empreendimento, mudança de rua, implantação de nova tecnologia, que altere ou cause o mínimo ou ínfimo dano ambiental. Muito embora isso pareça rígido exacerbadamente, esse é o mínimo a ser feito para manter um ambiente habitável para as gerações futuras.

O princípio da precaução é: "(...) a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Este Princípio afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano, portanto, aquele que está a impor e a legitimar a adoção de urgente medida precautória em relação a um dado risco ambiental, nas situações em que se depara com o desconhecimento acerca dos detalhes desse risco, suficiente, portanto, a mínima probabilidade da sua existência, a ensejar medida dotada de eficácia com vistas à defesa do meio ambiente."

Com base no exposto acima, precaução é cuidado. Logo, ele sempre deve estar antes de qualquer suspeita de dano, mesmo que seja o mínimo até mesmo o ínfimo de dano ambiental, pois o ínfimo hoje pode ser exorbitante no futuro. Portanto, faz-se necessário o uso, mesmo que entendido como abusivo, desse princípio, a fim de evitar problemas para as futuras gerações da sociedade mundial, bem como a sustentabilidade ambiental das atividades humanas, aliás, tudo isso é em prol do bem-estar coletivo, tendo em vista que a vã consciência ambiental e arraigada no ser humano, um meio natural complexo, ainda se encontra muito arcaica.

O termo prevenção nos remete a frase do senso comum "mais vale prevenir do que remediar", ou seja, o dano ao meio ambiente deve ser evitado antes de sua concretização, e até porque se conhece as consequências do início de uma determinada atividade. No panorama do direito estrangeiro, a União Europeia faz a seguinte distinção da expressão prevenção/precaução:

Prevenir significaria "evitar ou reduzir tanto o volume de resíduos quanto do risco" ("avoid or reduce both volume of waste and associated hazard"), enquanto que precaucionar seria uma obrigação de intervenção quando há suspeitas para o meio ambiente ("obligation to intervene once there is suspicion to the environment"), devendo neste último caso ocorrer intervenção estatal em relação ao risco.

Desta forma, a partir da consagração do princípio da precaução no ordenamento jurídico brasileiro e na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992), ecoou a discussão em relação a obrigatoriedade da comprovação científica do dano ambiental.

A orientação é que os custos das medidas ambientais que devem ser implementadas como forma de prevenir a ocorrência do dano ambiental sejam compatíveis com a capacidade econômica de cada país, o que não afasta a responsabilidade e o compromisso que os Estados têm de adotar as políticas ambientais necessárias à preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, da espécie humana. Nessa linha de pensamento,

[...] é verdade que se utilize a incapacidade econômica para que se postergue ou mesmo não se lance mão de medidas orientadas à prevenção da ameaça de agressividade ao patrimônio ambiental. É no custo ambiental da medida que será sim, indispensável, a vinculação à capacidade econômica estatal que será obrigatoriamente discriminada e diferenciada em atenção a maior ou menor possibilidade de emprego da tecnologia adequada.

Assim, apesar de os custos das ações preventivas e também das “tecnologias mais limpas” terem, muitas vezes, um custo elevado, não há como postergar a implementação das medidas ambientais diante da certeza ou probabilidade da concretização do dano ambiental, porque as lesões ao meio ambiente são(na sua grande maioria) irreparáveis e trazem conseqüências que interferem na qualidade de vida da população.

1.1.4 Mínimo Ambiental

Existe um nível de obrigações jurídicas fundamentais de proteção, abaixo do qual toda medida nova deveria ser vista como violando o direito ao ambiente. Esse nível ou standard mínimo não existe a priori. Ele depende de cada país e dos setores do meio ambiente considerados (água, comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle ar, ruído, paisagem, solos, biodiversidade). Ele poderia haver sido denominado de “mínimo ecológico essencial” (BRASIL, 2014).

Para falar sobre do assunto sugerido, cumpre-se mencionar a respeito do princípio constitucional basilar de todo o Ordenamento Jurídico pátrio, a fim de se

demonstrar que o Meio Ambiente deve ser garantido como parte do mínimo existencial, tendo em vista estar intimamente relacionado com o direito à vida (LEÃO; LEVY, 2007)

Não é necessário determinar todo o conteúdo ou pretensões do que seria dignidade humana, posto que se reflete no mínimo existencial, já que o princípio da dignidade humana contém, de fato, um campo livre para a deliberação política. O que persiste é determinar o conteúdo mínimo e os efeitos concretos – restritos ao mínimo – que o princípio deve reproduzir, de modo que se eles não se realizem, seja possível impor seu cumprimento coativamente (LEÃO; LEVY, 2007)

Exigia-se, a partir de então, posicionamento por parte do Estado de prestações mínimas que garantissem acesso dos indivíduos aos bens necessários e fundamentais. Ana Paula de Barcellos representa o mínimo existencial como um subconjunto dentro dos direitos da segunda geração, conciliando o problema dos custos e dentro do que é possível exigir do Estado (BRASIL, 2014).

Portanto, dentre as medidas positivas prestadas por parte do Estado encontra-se o direito de se ter um meio ambiente sadio e equilibrado, fundamental para que o ser humano desfrute de uma vida digna, com saúde e possibilidade de viver com liberdade, já que o indivíduo será livre quando exercer o poder de escolha em sua vida, base do mínimo existencial (LEÃO; LEVY, 2007)

Por isso, devemos compreender o que seja essencial, adotando um padrão mínimo de interpretação do art. 225 da CF/88, em face dos ditames do art. 1º, combinado com o art. 6º da Magna Carta, que fixa o piso vital mínimo. Em vista disso, o princípio da dignidade da pessoa humana tem efetividade quando se proporciona, além do aspecto fisiológico, outros valores, a possibilidade que o indivíduo desfrute do direito à educação, saúde, trabalho, ao lazer, segurança e aos demais preceitos dispostos no capítulo dos Direitos Sociais (BRASIL, 2014).

Após a discussão a respeito da garantia do meio ambiente equilibrado como parte de um mínimo vital e fundamental para se desfrutar de uma vida digna, torna-se inquestionável o papel do Estado Brasileiro de atuar no sentido de fazer valer essa garantia através de edições de Leis e de Políticas Públicas que visem proteger não só o meio ambiente em que se vive, de forma genérica, como também os elementos que devem ser preservados em seu interior, oriundos da Sociobiodiversidade, tão necessária para a construção de uma vida digna (LEÃO; LEVY, 2007)

Longe do pretexto de preservar, a Lei 11.284/06 partiria, portanto, para um desmatamento legalizado e sem controle, pela ausência de fiscalização suficiente, comprometendo o equilíbrio do meio ambiente e impedindo a garantia da vida digna de populações tradicionais e da sociedade como um todo. O mínimo existencial não estaria garantido e sim violado (BRASIL, 2014).

1.1.5 Desenvolvimento Sustentável

Ao longo das últimas décadas a expressão “desenvolvimento sustentável” foi incorporada não apenas como conceito originário das ciências biológicas, mas também como elemento ideológico de segmentos da sociedade moderna. Mais do que nunca, o termo desenvolvimento sustentável está na moda, e isso faz com que no Brasil diversos segmentos sociais manifestem suas posições a respeito das ideias que têm sobre ele. Vários autores têm buscado conceituar o termo, enquanto organizações mundiais de meio ambiente adotaram uma definição que apresenta ambiguidades, inconsistências e contradições (BARONI, 1992).

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos (BARBOSA, 2008).

A Assembleia Geral do ONU de 1983 criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, tinha como objetivo:

Propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento.

A Conferência de Ottawam ocorrida em 1986 discutiu as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do globo. A proposta de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtlandt tornou-se, a princípio, aceitável e digerível inclusive para a teoria econômica neoclássica dominantes internacionais. A Carta de Ottawa (1986) estabelece cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: a) integração da conservação e do desenvolvimento; b) satisfação das necessidades básicas humanas; c) alcance de equidade e justiça social; d) provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e e) manutenção da integração ecológica.

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988, 1991) os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão: crescimento renovável; mudança de qualidade do crescimento; satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; garantia de um nível sustentável da população; conservação e proteção da base de recursos; reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco e reorientação das relações econômicas internacionais,

Sachs (1993) conceitua sustentabilidade referenciando-a como:

Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas.

Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.

Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro sociais.

Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante, uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares (ACSELRAD, 2010).

A luta contra agressões ao meio ambiente pressupõe - segundo a abordagem política de participação democrática - uma luta pelo respeito e a garantia dos direitos básicos dos socialmente mais fracos e pela criação de uma esfera pública, dentro da qual podem ser discutidas e resolvidas questões referentes à ecologia e à natureza, como também referentes aos problemas socioambientais. Trata-se da necessidade da invenção do político enquanto Condição básica universal de existência humana (FREI, 2001).

No artigo 225, a Constituição de 1988 traz leis no que diz respeito à proteção ambiental. No seu caput lemos: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Os parágrafos IV e V do artigo 225 falam da necessidade de se exigir um estudo prévio para a realização de atividades potencialmente causadoras de poluição e do controle da produção, comercialização, emprego de técnicas e substâncias que possam acarretar riscos à qualidade de vida e do meio ambiente. O Decreto 3.179 de 21 de setembro de 1999 prevê desde multas até a suspensão parcial ou total das atividades para as infrações ou crimes ambientais.

O mundo está em um processo de conscientização com relação ao meio ambiente. O homem, acostumado a agir pensando apenas em seu tempo de vida, explorou de maneira desmedida a natureza, talvez de forma inconsciente pensando que não mais estaria aqui para ver os prejuízos de seus atos. Porém, o planeta Terra já dá sinais claros de seu esgotamento, diminuindo nos dias de hoje a

qualidade de vida. Assim, é inevitável olhar para o problema ambiental como algo a começar a ser resolvido agora. Não sendo assim, seremos nós os responsáveis pela nossa própria extinção,

O mundo agora procura por progresso baseado no desenvolvimento sustentável. Uma estratégia neste sentido é a Química Verde. A Química Verde é, na realidade, uma filosofia. Há tempos atrás um desafio sintético consistia em chegar à molécula alvo. Quando se aplica a ideia da Química Verde, um desafio sintético trata-se de chegar à molécula alvo com uma metodologia que agrida o mínimo o meio ambiente. Cada vez que conseguimos cumprir com alguns dos quesitos da Química Verde, estamos caminhando para uma utilização mais consciente dos nossos recursos naturais e para a manutenção da vida no planeta. É claro que esta não é a única estratégia para isto, mas é importante considerá-la (SILVA; LACERDA; JONES-JÚNIOR, 2005.)

De acordo com o documento “Gestão Ambiental do Brasil”, o equacionamento da questão ambiental no país foi iniciado através da criação, em 1973, de uma agência federal (Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, vinculada ao Ministério do Interior) e de legislação ambiental referente ao assunto. Também foram criados órgãos e legislação locais de controle ambiental nos diversos estados brasileiros e nos municípios mais desenvolvidos. A instituição de uma Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei 6.938/81, segundo o MMA (2001), buscou reunir, num amplo arranjo administrativo, denominado Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, essa profusão de órgãos e leis ambientais criados nas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal) para tratar a problemática ambiental. No Brasil, atualmente, a política e legislação ambiental estão centradas em instrumentos de gestão ambiental, tais como: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a criação de espaços territoriais protegidos, a avaliação ambiental de empreendimentos considerados potencialmente poluidores, o licenciamento ambiental desses empreendimentos, a participação pública, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o sistema de informações ambientais, o acesso público a essas informações, entre outros.

1.1.6 Princípio da Natureza Pública da Proteção Ambiental

Ao se analisar a robusta tábua principiológica que sustenta a ramificação ambiental do Direito, notadamente os cânones contidos no Texto Constitucional, é possível colocar em destaque o dogma da natureza pública da proteção ambiental (VERDAN, 2014). Esse princípio decorre da previsão legal que considera o meio ambiente como um valor a ser necessariamente assegurado e protegido para uso de todos ou, como queiram, para fruição humana coletiva. Isso quer dizer que não pode apropriar-se individualmente de parcelas do meio bem ambiente para o consumo privado (DUARTE JÚNIOR, 2011).

A Declaração de Estocolmo estabelece: “Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente” (ONU, 1972). De acordo com o caput do artigo 225 da CF, a natureza jurídica do meio ambiente ecologicamente equilibrado é de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, fato esse que impõe ao Poder Público e à coletividade como um todo a responsabilidade por sua proteção (DUARTE JÚNIOR, 2011).

O dever de intervenção do Estado na preservação do meio ambiente incumbe aos três Poderes da República, nas diversas esferas de atuação. Trata-se de um dever fundamental, que não se resume apenas em um mandamento de ordem negativa, consistente na não degradação, mas possui também uma disposição de cunho positivo que impõe a todos - Poder Público e coletividade - a prática de atos tendentes a recuperar, restaurar e defender o ambiente ecologicamente equilibrado. Constitui verdadeiro pavilhão orientador da atuação do Poder Público e da coletividade com vistas a salvaguardar a preservação ambiental (VERDAN, 2014).

Fazendo uma avaliação do princípio da natureza pública da proteção ambiental, tomando como referência outros princípios basilares do Direito Público, é de fácil constatação que o meio ambiente deve prevalecer sobre direitos individuais privados. Neste caso, quando houver dúvida na resolução de alguma questão, deve-se privilegiar o interesse social - a dizer, *in dubio pro societa* ou *pro ambiente* (DUARTE JÚNIOR, 2011).

1.1.7 Princípio da vedação do retrocesso ecológico

O princípio da vedação do retrocesso significa que, uma vez assegurados no plano infraconstitucional, os direitos fundamentais adquirem o status de direitos subjetivos, subtraindo-se da esfera de plena disponibilidade do legislador, não podendo mais ser reduzidos ou suprimidos sob pena de violação ao princípio da confiança. Na esfera ambiental, esse princípio implica na vedação dirigida ao Poder Público de regredir a proteção ambiental para níveis mais flexíveis ou menos rigorosos que os estabelecidos anteriormente (SILVEIRA, 2012).

A vedação do retrocesso é também um desdobramento do princípio da progressividade ambiental, que, significa que o esforço do Estado em prol da proteção do ambiente não pode ser diminuído com o passar do tempo, mas apenas ampliado. A progressividade encontra o seu lastro no sistema internacional de direitos humanos (SILVEIRA, 2012).

O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive. Em consequência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstendo-se de frustrar – mediante supressão total ou parcial – os direitos sociais já concretizados. De certa forma, os tratados de direitos humanos, da mesma forma que a ordem jurídica interna, também não podem impor restrições que esvaziem o conteúdo de direitos já assegurados (MACHADO, 2014).

No capítulo 3 este assunto será pormenorizado, já que o mesmo é tema cerne desta monografia.

2 DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

É o procedimento no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. É obrigação do empreendedor, prevista em lei, buscar o licenciamento ambiental junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação até a sua efetiva operação. É através da Licença que o empreendedor inicia seu contato com o órgão ambiental e passa a conhecer suas obrigações quanto ao adequado controle ambiental de sua atividade (FIRJAM, 2004).

O Licenciamento Ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei 6.938 de 1981 (NASCIMENTO, 2009). Trata-se de um procedimento administrativo por meio do qual um órgão ambiental competente, das esferas federal, estadual ou municipal, licencia a implantação, a operação ou a ampliação de empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente (ROMA; PEGO, 2016).

Desde 1981, de acordo com a Lei Federal 6.938/81, o Licenciamento Ambiental tornou-se obrigatório em todo o território nacional e as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o devido licenciamento. Desde então, empresas que funcionam sem a Licença Ambiental estão sujeitas às sanções previstas em lei, incluindo as punições relacionadas na Lei de Crimes Ambientais, instituída em 1998: advertências, multas, embargos, paralisação temporária ou definitiva das atividades (FIRJAM, 2004).

A previsão do licenciamento na legislação ordinária surgiu com a edição da Lei 6.938/81, que em seu art. 10 estabelece:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

A Resolução CONAMA 237/97 traz o seguinte conceito de licenciamento ambiental:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O decreto 99.274 de 1990, que regulamentou a Lei 6938/81 e suas modificações posteriores, explicava o procedimento para o licenciamento ambiental, prescrevendo que o prévio licenciamento de atividades e obras utilizadoras dos recursos ambientais seria feito pelos devidos órgãos estaduais competentes, incluindo o técnico e o político, cabendo ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) fixar os critérios básicos exigidos para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), em cada caso específico, ficam a cargo do órgão concessor da licença através do chamado Termo de Referência (SOUZA, 2006).

Estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – Lei no 6.938/1981 –, é também um dos seus mais relevantes instrumentos. O objetivo da PNMA é a “preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981). Ou seja, um reconhecimento de que qualidade ambiental, vida (não apenas humana, mas em geral), dignidade humana e desenvolvimento econômico e social do país são fatores intrinsecamente ligados, necessários para se garantir a segurança nacional (ROMA; PEGO, 2016).

O projeto Licenciamento Ambiental no Brasil objetiva avançar no conhecimento empírico acerca do licenciamento ambiental, a partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e de outras fontes, como órgãos licenciadores estaduais. Adicionalmente, pretende-se criar uma plataforma em rede de discussão desse instrumento da PNMA, com o objetivo de elaborar, de maneira conjunta entre os atores, recomendações com vistas a dar continuidade ao processo de seu aperfeiçoamento, minimizando conflitos (ROMA; PEGO, 2016).

2.1 TIPOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A licença ambiental é o documento, com prazo de validade definido, em que o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas por sua empresa. Entre as principais características avaliadas no processo pode-se ressaltar: o potencial de geração de líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de riscos de explosões e de incêndios. Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume os compromissos para a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala (FIRJAM, 2004).

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351, de 1983. Nessa regulamentação, explicitam-se os três tipos de licença ambiental, a saber: Licença Prévia (LP), Licença de Operação (LO):

2.1.1 Licença Prévia (LP):

É a primeira etapa do licenciamento, em que o órgão licenciador avalia a localização e a concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos para as próximas fases. A LP funciona como um alicerce para a edificação de todo o empreendimento. Nesta etapa, são definidos todos os aspectos referentes ao controle ambiental da empresa. De início o órgão licenciador determina, se a área sugerida para a instalação da empresa é tecnicamente adequada. Este estudo de viabilidade é baseado no Zoneamento Municipal (FIRJAM, 2004).

Concedida na fase preliminar do empreendimento, contém os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, os quais deverão orientar o projeto executivo (ARAÚJO, 2002). Esses requisitos devem observar as normas, os critérios e os padrões fixados nas diretrizes gerais para licenciamento ambiental emitida pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Além destes, devem também ser observados os critérios e padrões estabelecidos pelo órgão estadual de meio ambiente, na esfera de sua competência e na área de sua jurisdição, desde que não conflitem com os do nível federal (FARIAS, 2002). Na Licença Prévia se atesta a viabilidade ambiental dos

empreendimentos e atividades submetidas ao licenciamento, após aprovação de sua localização e concepção tecnológica (MONTAÑO; SOUZA, 2008).

Nesta etapa podem ser requeridos estudos ambientais complementares, tais como EIA/RIMA e RCA, quando estes forem necessários. O órgão licenciador, com base nestes estudos, define as condições nas quais a atividade deverá se enquadrar a fim de cumprir as normas ambientais vigentes.

2.1.1.1 EIA e RIMA

O EIA é o Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA é o Relatório de Impacto Ambiental. Exigência legal, instituída pela Resolução CONAMA 001/86, na implantação de projetos com significativo impacto ambiental. Consiste em um estudo realizado no local, mais precisamente no solo, água e ar para verificar se a área contém algum passivo ambiental além de prever como o meio socioeconômico ambiental será afetado pela implantação do empreendimento (CONAMA, 1986).

Para o licenciamento de ações e atividades modificadoras do meio ambiente com impactos significativos, a legislação prevê a elaboração, pelo empreendedor, do EIA e do RIMA, a serem apresentados para a obtenção da Licença Prévia. Conforme estabelecido pela Resolução CONAMA no 237/97, artigo 3º, parágrafo único, cabe ao IBAMA verificar o potencial de degradação do meio ambiente, definindo os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento da atividade ou empreendimento. A Resolução CONAMA no 237/97 determina, ainda, que “os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor”, e que “o empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo, serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais” (BRASIL, 2002).

2.1.1.2 RCA

O RCA é o Relatório de Controle Ambiental. Trata-se de um documento que fornece informações de caracterização do empreendimento a ser licenciado. Deverá conter: descrição do empreendimento; do processo de produção; caracterização das

emissões geradas nos diversos setores do empreendimento (ruídos, efluentes líquidos, efluentes atmosféricos e resíduos sólidos). O órgão ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA 10/90, pode requerer o RCA sempre que houver a dispensa do EIA/RIMA (CONAMA, 1990).

O Relatório de Controle Ambiental compõe-se de estudos relativos aos aspectos ambientais concernentes à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou um empreendimento que não gera impactos ambientais significativos, e que contem informações relativas: à caracterização do ambiente em que se pretende instalar; a sua localização frente ao Plano Diretor Municipal; alvarás e documentos similares; e plano de controle ambiental, que identifique as fontes de poluição ou degradação, e as medidas de controle pertinentes. Seu conteúdo será estabelecido caso a caso (BRASIL, 2002).

2.1.1.3 PCA

O Plano de Controle Ambiental (PCA) deve conter os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados através de EIA/RIMA e entregues para a obtenção da Licença Prévia. É PCA que deve apresentar, de maneira técnica e operacional, na forma de projetos técnicos executivos, as ações de mitigação dos impactos ambientais do empreendimento que, após análise do EIA/RIMA pelo órgão ambiental e discussão em audiências públicas, foi considerado ambientalmente viável. Contudo, entende-se que em nenhuma hipótese as medidas de controle ambiental a serem adotadas no empreendimento aprovado poderão “fugir” ao que ficou estabelecido na fase de concessão da Licença Prévia (após análise e aprovação do que foi estabelecido no EIA/RIMA) (BRASIL, 2002).

2.1.2 Licença de Instalação (LI):

Uma vez detalhado o projeto inicial e definidas as medidas de proteção ambiental, deve ser requerida a Licença de Instalação (LI), cuja concessão autoriza o início da construção do empreendimento e a instalação dos equipamentos. A execução do projeto deve ser feita conforme o modelo apresentado. Qualquer alteração na planta ou nos sistemas instalados deve ser formalmente enviada ao órgão licenciador para avaliação (FIRJAM, 2004).

Aprova o detalhamento tecnológico ao nível do projeto executivo, com especial atenção às medidas de controle de poluição e mitigação de impactos, inclusive as que eventualmente tiverem sido acordadas a partir dos processos de participação pública (MONTAÑO; SOUZA, 2008).

2.1.3 Licença de Operação (LO):

A Licença de Operação autoriza o funcionamento do empreendimento. Essa deve ser requerida quando a empresa estiver edificada e após a verificação da eficácia das medidas de controle ambiental estabelecidas nas condicionantes das licenças anteriores. Nas restrições da LO, estão determinados os métodos de controle e as condições de operação. Concedida após a verificação da compatibilidade da instalação com o previsto na LP e na LI, autoriza a operação do empreendimento (BRASIL, 2007).

2.2 ESTUDOS AMBIENTAIS

Política Nacional do Meio Ambiente enfatizou a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a qualidade ambiental, tendo como objetivo precípuo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 2007).

Para garantir esse objetivo, o art. 9º da Lei 6.938/81 relacionou os instrumentos da PNMA, entre os quais se destacam o licenciamento ambiental e a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Por AIA entende-se um conjunto de procedimentos capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistêmico dos impactos ambientais de uma ação proposta e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerados (BRASIL, 2007).

Além disso, os procedimentos devem garantir a adoção das medidas de proteção ao meio ambiente determinadas, no caso de decisão sobre a implantação do projeto. Destaca-se que a Lei 6.938/81 não relaciona esses dois instrumentos da

PNMA. Somente a partir da Resolução CONAMA 01/86 que a AIA vincula-se ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Essa resolução consagrou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como o principal documento de avaliação de impactos de empreendimentos sujeitos ao licenciamento, determinando que o EIA deve trazer a “definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e os sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas” (BRASIL, 2007).

A necessidade de EIA para o licenciamento é reforçada pela Constituição Federal de 1988 que incumbiu ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Além disso, segundo o art. 3º da Resolução CONAMA 237/97, todas as atividades e empreendimentos considerados, efetiva ou potencialmente, causadores de significativa degradação do meio ambiente dependerão de Estudo de Impacto Ambiental e de respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (BRASIL, 2007).

Para identificar atividades e empreendimentos que demandam o EIA, a Resolução CONAMA 01/86 apresentou uma lista com alguns deles considerados potencialmente causadores de significativo impacto ambiental. Destaca-se que essa lista é apenas exemplificativa e que, por isso, poderá ser ampliada, mas não reduzida. Cabe destacar que o inciso IV, § 1º do art. 225 da Constituição Federal de 1988 não tornou o EIA exigível em todos os casos, permitindo àqueles relacionados a empreendimento ou atividade não “potencialmente causadora de significativa degradação ambiental” a possibilidade de dispensa da realização desse estudo (BRASIL, 2007).

O que não significa que a Carta Magna tenha dispensado o órgão licenciador competente de proceder à avaliação do impacto ambiental (AIA) do empreendimento a ser licenciado por meio de outros estudos ambientais. Nesses casos, quando o impacto ambiental de determinada atividade for considerado não significativo, o órgão ambiental competente poderá demandar, como subsídio ao processo decisório, outros estudos ambientais que não o EIA, tais como relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco (BRASIL, 2007).

Assim, a Resolução CONAMA 237/97, no parágrafo único de seu art. 3º, assevera que “o órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento (CONAMA, 1997).

Logo, nota-se a importância do estudo de impactos ambientais para a possível obtenção de um Licenciamento Ambiental. Os estudos ambientais garantiram que os empreendimentos sejam realizados de forma adequada sem ferir assim um direito já adquirido pela coletividade.

3 DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL E A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012

3.1 O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL

A Constituição Federal de 1988 dedicou em seu corpo um importante tópico ao meio ambiente, sendo o Capítulo VI do Título VII, sendo sobre a “ordem social”, assim impondo a necessidade de um estudo sistemático do Direito do meio ambiente dentro da Carta Magna.

Conforme já apontando nos capítulos anteriores, é reconhecido pelo ordenamento brasileiro o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como fundamental a partir de princípios e regras que, tem por finalidade a manutenção da qualidade desse meio ambiente em situação compatível com a dignidade e do desenvolvimento do indivíduo.

Nesse sentido é julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO - DIREITO DE TERCEIRA DIMENSÃO - CONSTITUI PRERROGATIVA JURÍDICA DE TITULARIDADE DIFUSA (ART. 225, CAPUT, DA CF). ADEQUADA UTILIZAÇÃO DO SOLO, NOS MOLDES DO QUE ESTABELECE A LEI DE ZONEAMENTO (LEI MUNICIPAL Nº 66/78), ASSIM COMO COM SUSTENTÁCULO NO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, CUJO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRÉVIO DELE É UM DOS INSTRUMENTOS (ART. 225, § 1º, IV, DA CRFB C/C 9º, DA LEI Nº 6.938/81 C/C RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237). MUNICÍPIO DE SAQUAREMA. CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO MULTIFAMILIAR EM LOTE DE TERRENO SITUADO NO BAIRRO DE ITAÚNA, ORIGINALMENTE INTEGRANTE DA APA MASSAMBABA (DECRETO ESTADUAL Nº 9529-C/86) ATÉ O ADVENTO DA LEI ESTADUAL Nº 6.128/2011, QUE O EXCLUIU DAQUELA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA INCAPAZ DE TRANSPOR A EXIGIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, AINDA QUE ESTE SEJA SIMPLIFICADO OU ESPECIAL (ART. 12, DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 C/C ART. 9º, XIV, a, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011). OMISSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, NA MEDIDA QUE O ZELO PELA ADSTRITA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NÃO É EXCLUSIVO À QUALQUER UM DOS ENTES FEDERATIVOS (ART. 23, VI; 24, VI; 30, VIII, DA CF). DEBATE QUANTO À TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO - 30% (ART. 19 E 20 DA LEI MUNICIPAL Nº 66/78), 25% (DELIBERAÇÃO CECA Nº 4223/2002) OU 40% (LEI MUNICIPAL Nº 660/2002) - QUE SUCUMBE, FRENTE À ADOÇÃO PELO PLANO DE MANEJO DA APA DO PERCENTUAL DE 40% (DECRETO ESTADUAL Nº 41.820/2009), ANTES DA ALUDIDA SUPRESSÃO. CONCESSÃO DE LICENÇA DE OBRAS. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO, REVESTIDO PELA SEGURANÇA

JURÍDICA (ART. 5º, XXXVI, DA CF). INSUSCETIBILIDADE DA AFETAÇÃO DE OBRIGAÇÕES EM VIRTUDE DE INOVAÇÃO LEGISLATIVA URBANÍSTICA. NADA OBSTANTE, PERFECTIVEL É A AMPLIAÇÃO DE DIREITOS, MORMENTE SE EM DEBATE JUSTAMENTE O DIREITO A PERENIDADE DO EMBARGO DA OBRA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 462 DO CPC. DANO AMBIENTAL. REPARABILIDADE POR MEIO DE SENTENÇA GENÉRICA. POSSIBILIDADE. PROVA INDICIÁRIA DE POSSÍVEL DANO AMBIENTAL. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DO CDC (ART. 21, DA LEI Nº 7357/85 C/C 90, DO CDC) APENAS NO QUE SE REFERE A EVENTUAL DANO MATERIAL, JÁ QUE EM RELAÇÃO AO DANO MORAL COLETIVO NÃO HÁ SITUAÇÃO CONCRETA QUE EVIDENCIE A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE OFENSA À HONRA, À DIGNIDADE, À BOA REPUTAÇÃO DIFUSA DA MUNICIPALIDADE PELO FATO TÃO-SÓ DO EXTRAVASAMENTO DOS LIMITES DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO. RECURSOS A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, INCLUSIVE EM REEXAME NECESSÁRIO.

(TJ-RJ - REEX: 00004367220038190058 RJ 0000436-72.2003.8.19.0058, Relator: DES. MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA, Data de Julgamento: 08/08/2012, VIGÉSIMA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 20/12/2012 13:55)

O princípio do retrocesso tem como sua fundamentação o princípio da segurança jurídica, isso, pois esse instituto guarda relação com a proibição de atitudes e decisões de caráter retroativo que venham de algum modo, afetar situações e posições jurídicas consolidadas.

Nesse sentido é a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI N.º 1.181/2012 DO MUNICÍPIO DE TAIÓBEIRAS - SUPRESSÃO DE ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO - APLICABILIDADE AO DIREITO AMBIENTAL - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. Ante a garantia constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de todos em protegê-lo para as presentes e futuras gerações, deve ser aplicado o princípio da vedação ao retrocesso ou da não-regressão às normas de direito ambiental, sendo de rigor a manutenção de todos os mecanismos implementados em prol da proteção ao meio ambiente. Se a norma impugnada suprime, sem qualquer justificativa razoável, zona de proteção ambiental instituída para permitir a implantação de parques, horto florestal ou equivalente, deve ser declarada como inconstitucional.

(TJ-MG - Ação Direta Inconst: 10000150218766000 MG, Relator: Paulo César Dias, Data de Julgamento: 08/03/2016, Órgão Especial / ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 15/04/2016)

Reconhecer se faz necessário que a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui dever do Estado e esse relevante papel de

proteção ambiental exercitado pelo Poder Público não fica limitado tão somente à atuação do Poder Executivo. Trata-se de um dever fundamental, que não se resume apenas em um mandamento de ordem negativa, consistente na não degradação, mas possui também uma disposição de cunho positivo que impõe a todos a prática de atos tendentes a recuperar, restaurar e defender o ambiente ecologicamente equilibrado. Constitui verdadeiro pavilhão orientador da atuação do Poder Público e da coletividade com vistas a salvaguardar a preservação ambiental (VERDAN, 2014).

Logo, é possível reconhecer que a tutela constitucional do meio ambiente é direito fundamental que, além de ser cláusula pétrea, não pode sofrer retroação por parte de alteração de norma infraconstitucional, tendo como consequência sua inconstitucionalidade.

De acordo com o caput do artigo 225 da Constituição de 1988, é dever do Poder Público proteger e preservar o meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações. O Estado deve atuar progressivamente na proteção do meio ambiente. É irrefutável tratar-se de missão constitucional direcionada aos três poderes estatais no sentido de ampliar, ou ao menos manter, os níveis de proteção ambiental. Quando não o fizerem espontaneamente, e nos casos em que se verifique recuo nos níveis de proteção ambiental, compete ao Poder Judiciário intervir, exercendo o controle de constitucionalidade dos atos do Legislativo e do Executivo (THOMÉ, 2014).

Em suas origens, o princípio da proibição do retrocesso limitava-se à proteção dos direitos fundamentais de caráter social, evitando fossem desconstituídas conquistas já alcançadas pelo cidadão. Nesse âmbito, o princípio possui íntima relação com os direitos prestacionais, isto é, com a categoria dos direitos que dependem de uma ação positiva por parte do Estado para se concretizarem, como o direito à educação, à saúde ou à segurança pública (SAES; GULIN; TONON NETO, 2017).

Ao analisar a segurança jurídica no Estado de Direito, a proteção da dignidade humana não exige apenas a proteção em face de atos de cunho retroativo, “mas também não dispensa uma proteção contra medidas retrocessivas, mas que não podem ser consideradas como propriamente retroativas, já que não alcançam as figuras dos direitos adquiridos, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (THOMÉ, 2014 *apud* Sarlet, 2004).

Esse princípio é fruto de uma construção doutrinária estrangeira associada à crise do Estado de bem-estar social. Sua origem remonta à Alemanha da década de 1970, período de dificuldade econômica em que se discutiu a possibilidade de restrição e/ou supressão de benefícios sociais que até então eram assegurados aos cidadãos (SAES; GULIN; TONON NETO, 2017).

Como já explicado anteriormente no capítulo que tratava do princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, salienta-se que o meio ambiente equilibrado foi reconhecido como direito fundamental de terceira geração pela declaração de Estocolmo em 1972. Portanto conclui-se que a proibição do retrocesso tem como escopo a proteção de direitos fundamentais que, a partir da consolidação dos direitos de terceira dimensão engloba o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura expressamente uma série de direitos sociais. Especificamente em relação ao princípio da proibição do retrocesso social, é inquestionável que não foi explicitamente positivado no texto por parte do constituinte. Isso não quer dizer, entretanto, que a vedação do retrocesso não possa ser reconhecida como um princípio constitucional implícito, ou então como modalidade de eficácia de princípios fundamentais (SAES; GULIN; TONON NETO, 2017).

O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado está expresso no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual afirma que “todos tem

direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o de dever de defendê-lo para as presentes e futuras relações”. Refere-se a um direito de extensão tanto individual como coletiva e se dá tanto de forma subjetiva como objetiva, uma vez que ele demanda ações positivas e negativas.

3.2 PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL NÚMERO 65/2012

A PEC 65/2012 tendo sua ultima movimentação audiência pública no dia 01 de dezembro de 2016 é de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e outros, atualmente possui como relator Randolfe Rodrigues e estabelece que, a partir da inteligível apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo realizador, nenhuma obra pública poderá mais ser suspensa ou cancelada. No exercício, isso significa que o processo de licenciamento ambiental, que analisa se um projeto é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que pode gerar, deixa de existir.

A PEC tem por objetivo alterar essa ideia trazida no artigo 225 da CF/88. Sua finalidade é trazer a tona um novo parágrafo, que permite as obras públicas a sua liberação para execução somente com a apresentação de um estudo prévio de impacto ambiental, pulando assim “etapas” de verificação de impactos ambientais, não lhes sendo obrigatório o devido licenciamento para a execução dessas obras públicas.

Ressalta ainda essa Proposta de Emenda Constitucional que dado o inicio a uma obra, não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente, permitindo-se então as obras públicas essa “brecha” nos devidos licenciamentos que, podem acarretar graves consequências ao meio ambiente comum a todos.

De acordo com a PEC, o novo parágrafo do artigo 225 da Constituição Federal teria a seguinte redação:

§ 7º A apresentação e a aprovação do estudo de impacto ambiental importam autorização para a execução da obra, que não poderá ser administrativamente suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face do não atendimento de outros quesitos legais ou de fato superveniente.

Porém, se aprovada, passará a compor na Constituição Federal de 1988 como § 8º, pois já fora acrescido o parágrafo 7º pela EC 96/2017.

Afirma ainda essa Proposta de Emenda Constitucional que, a sua finalidade é a segurança jurídica à realização das obras públicas, garantindo a rapidez em sua execução, pois isso é de suma importância para o desenvolvimento nacional, não se levando em conta os prejuízos e efeitos colaterais por essa trazidos ao meio ambiente.

A Constituição Federal em seu artigo 225 afirma que é um direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, ressalta ainda que é dever não só da coletividade mas, também do Poder Público a sua preservação. Com a PEC 65 isso sofreria algumas alterações, além de diferenças entre o Poder Público e a população sobre seus deveres com o meio ambiente, sendo isso claramente inconstitucional.

3.3 O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL FRENTE À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65/2012

Na Carta Magna da República Federativa do Brasil é garantido a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, isso, pois o mesmo é de suma importância para uma qualidade sadia de vida da população.

É importante lembrar que, a manutenção e proteção desse meio ambiente são de responsabilidade tanto do Poder Público quanto da coletividade, não sendo possível uma vida sadia para as futuras gerações sem um meio ambiente, o qual fornece tantos benefícios.

Logo, é percebido que esse direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado já é pertencido à coletividade, sendo este direito fundamental para a sobrevivência dos mesmos, então a alteração ou retirada desse benefício traria graves consequências.

A PEC 65/2012 colocará em risco esse direito já garantido, permitindo que obras públicas com apenas um estudo prévio, sejam realizadas sem saber ao certo quais prejuízos às mesmas poderiam trazer, como por exemplo, impactos ambientais, que levam a risco a vida tanto dos animais, quanto da população que habitam a região.

Com isso, a PEC mencionada irá de encontro com o Princípio da Vedação do Retrocesso Socioambiental, o qual defende a proteção de direitos fundamentais, que

no caso estudado é o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Deste modo, referida PEC se mostra inconstitucional, pois fere direitos contidos na Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos argumentos propostos é possível concluir que a Constituição Federal de 1988 garante uma boa qualidade de vida à população, o que se inclui o direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, devendo este ser preservado para a garantia das futuras gerações, proporcionando bem-estar social e renda para a população.

O Direito Ambiental está conectado à dignidade da pessoa humana, aos valores e costumes, à cidadania, à soberania e ao pluralismo político, podendo ser estabelecido como um direito que tem por destinação conduzir a apropriação econômica dos bens ambientais.

A dignidade da pessoa humana é o centro da ordem jurídica democrática, não é possível separar o princípio da dignidade da pessoa humana do Direito Ambiental. Os princípios jurídicos de um modo geral servem de pilar para sustentar os direitos positivamente conhecidos. O direito determinado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 encontra como um de seus elementos a dignidade da pessoa humana.

Diretamente ligado à eficácia protetiva dos direitos fundamentais, o princípio da vedação ao retrocesso socioambiental afirma que a cláusula de vedação de retrocesso socioambiental tem por escopo garantir a proteção dos direitos fundamentais ao meio ambiente equilibrado, à vida, à saúde, tendo que ser efetuada pelo Poder Judiciário nos casos em que há diminuição do âmbito de proteção dos direitos já efetivos praticados por administrador público e legislador infraconstitucional.

A Proteção e defesa do meio ambiente cabem ao Poder Público e a coletividade, sendo o ambiente um direito de todos, inclusive das gerações futuras. Conclui-se então que, ambos respondem em caso de dano ao meio ambiente.

A legislação ambiental utiliza a expressão licença para o ato formal que demonstra a aprovação do Poder Judiciário em relação a alguma obra ou atividade. Para a obtenção dessa licença é necessário uma série de estudos, os quais se fazem indispensáveis para a verificação adequada dos impactos gerados por determinada atividade.

A Proposta de Emenda Constitucional 65/2012 faz com que a etapa de estudos necessários para a verificação de impactos ambientais não seja obrigatória para obras públicas, podendo estas ser executadas apenas com uma autorização prévia. Fere assim o direito de um ambiente ecologicamente sustentável, pois permitindo que obras sejam realizadas sem os devidos estudos, pode acarretar impactos ambientais irreversíveis, o que prejudica e muito a qualidade de vida humana e animal.

Logo, a citada PEC padece de vício material de inconstitucionalidade e caso venha a ser aprovada, poderá sofrer uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), pois afronta um direito fundamental, uma cláusula pétrea, que em tese não pode ser alterado pelo constituinte derivado, conforme artigo 60, §4, IV, da Constituição Federal, além de colocar em risco a vida, fauna e flora do país, comprometendo assim, a geração atual e as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. av.**, São Paulo , v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 25 maio 2018.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães. **Licenciamento Ambiental e Legislação**. Biblioteca digital da Câmara. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. 2002. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>> Acesso: 09 jun. 2018.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio Do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. Ed. 04, n. 04, vol. 01 - Jan/Jun 2008.

BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 32, n. 2, p. 14-24, June 1992 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 25 maio 2018.

BARTHOLOMEU, Telma. **PEC 65/2012 é retrocesso de 30 anos na legislação ambiental. CONJUR** - Consultor Jurídico. [On Line]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br>>. Acesso: 25 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. _____. **Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal**: Documento de Referência. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília- 2002. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. Brasil. **Cartilha de licenciamento ambiental**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. - 2.ed. - Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cartilha.de.licenciamento.ambiental.segunda.edicao.pdf> Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Direta Inconst: 10000150218766000 MG. Relator: Paulo César Dias. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdãos, 15 abril 2016. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/338959240/acao-direta-inconst-10000150218766000-mg/inteiro-teor-338959300>>. Acesso: 06 nov. 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Apelação Cível nº 0000436 72.2003.8.19.0058. Relator: Des. Myriam Medeiros da Fonseca Costa. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdãos, 20 dezembro 2012. Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/114919984/apelacao-reexame-necessario-reex-4367220038190058-rj-0000436-7220038190058?ref=juris-tabs>>. Acesso: 06 nov. 2017.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Direta Inconst: 10000150218766000 MG. Relator: Paulo César Dias. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdãos, 15 abril 2016. Disponível em:< <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/338959240/acao-direta-inconst-10000150218766000-mg/inteiro-teor-338959300>>. Acesso: 18 jun. 2018

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso: 10 jun. 2018.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 10, de 6 de dezembro de 1990**. Normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral, classe II. Publicada no DOU, de 28 de dezembro de 1990, Seção 1, páginas s 25540-25541. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=107>>. Acesso: 10 jun. 2018.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997**. Licenciamento Ambiental. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bra25095.pdf>> Acesso: 10 jun. 2018.

DUARTE JÚNIOR, Ricardo César Ferreira. **Princípios do Direito Ambiental e a Proteção Constitucional ao Meio Ambiente Sadio**. Portal de e-governo, inclusão

digital e sociedade do conhecimento. [On Line] Disponível em:
<<http://www.egov.ufsc.br>>. Acesso: 14 jun. 2018.

FARIAS, Carlos Eugenio Gomes. **Mineração e meio ambiente no Brasil**. Relatório Preparado para o CGEE PNUD. Outubro de 2002. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/minera.pdf>. Acesso: 21 jun. 2018.

FARIAS, Talden; ALVARENGA, Luciano José. **Meio Ambiente e Direitos Fundamentais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**: Comentários ao Acórdão na Representação 1.048-1/PB. Editora LEX. [On Line]. Disponível em:
<<http://www.lex.com.br>> Acesso: 06 jun. 2018.

FIRJAM, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de Licenciamento ambiental** : guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf> Acesso: 10 jun. 2018.

FREI, Klaus. A dimensão político-democrático nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade** - Ano IV – n. 09 – 2º Semestre de 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2001000900007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso: 21 jun. 2018.

GARCIA, Denise S. Siqueira; SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de. Direito Ambiental e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.2, n.2, 2º quadrimestre de 2007. Disponível em:
<www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791> Acesso: 09 jun. 2018.

LEÃO, Luciana Araújo de Souza; LEVY, Dan Rodrigues. **Meio ambiente como parte do mínimo existencial**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Pesquisa Diretos Humanos e Tributação. 2007. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/viewFile/6538/4101>> Acesso: 16 maio 2018.

LINHARES, Monica Tereza Mansur; PIEMONTE, Márcia Nogueira. Meio Ambiente e Educação Ambiental à Luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14, p.101-124, Janeiro/Dezembro de 2011. Disponível em:
<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/192>> Acesso: 21 jun. 2018.

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais**: Uma abordagem Participativa. Universidade Estadual da Paraíba. Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MAFRA, Francisco. **Princípios Fundamentais e Direitos individuais e coletivos**: primeiras linhas. Âmbito Jurídico.com [On Line]. Disponível em <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=796> acesso: 25 abr. 2018.

MENDES, Ubirajara Carlos. **Direito à Intimidade no Estado Democrático de Direito sob a Perspectiva da (im)possibilidade de Autodeterminação do Indivíduo no Ambiente Empregatício**. Dissertação de Mestrado. Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil Programa de Mestrado em Direito. Curitiba-PR – 2012. Disponível em: <https://www.unibrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/02/mestrado_unibrasil_UBIRAJARA.pdf>. Acesso 25 abr. 2018.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Direito Ambiental: o princípio da precaução e sua aplicação judicial**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26866-26868-1-PB.pdf>> Acesso: 29 nov. 2006.

MONTAÑO, Marcelo; SOUZA, Marcelo Pereira. A viabilidade ambiental no licenciamento de empreendimentos perigosos no Estado de São Paulo **Eng. sanit. ambient.** Vol.13 - Nº 4 - out/dez 2008, 435-442. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/esa/v13n4/a12v13n4.pdf>> Acesso 21 jun. 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Estocolmo**. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, de 5 a 16 de junho de 1972. Disponível em: <<https://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>>. Acesso 21 jun. 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro comum**. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 5 a 16 de junho de 1972. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente>>. Acesso 21 jun. 2018.

OTTAWA, Carta de. **Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção Da Saúde**. **Ottawa**, novembro de 1986. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf> Acesso: 25 maio 2018.

ROMA, Júlio César; PEGO, Bolívar; Licenciamento Ambiental no Brasil. **Boletim Regional Urbano e Ambiental**. 15 | jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=129> Acesso 21 jun. 2018.

SAES, Marcos André Bruxel; GULIN, Gleyse; TONON NETO, Nelson. **O Setor Elétrico e o Meio Ambiente**. O princípio da proibição do retrocesso e o licenciamento ambiental. Seminário O futuro da relação Meio Ambiente e o Setor Elétrico. 2017. Disponível em: <<http://www.saesadvogados.com.br/2018/01/10/o-principio-da-proibicao-do-retrocesso-e-o-licenciamento-ambiental/>> Acesso: 14 jun. 2018.

SANTOS, Euseli dos. O princípio da proibição do retrocesso socioambiental e o “novo” Código Florestal, **Revista Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 505-529, jul./dez 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/6260>>. Acesso 21 jun. 2018.

SARAIVA FILHO Oswaldo Othon de Pontes. **A irretroatividade da lei no direito brasileiro. Universidade Católica de Brasília.** Centro de Estudos Victor Nunes Leal. 2016. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/892454>>. Acesso 21 jun. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia do Direito Fundamental à Segurança Jurídica: Dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito Constitucional Brasileiro.** Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15197-15198-1-PB.pdf>> Acesso em 25 de abr. de 2018.

SILVA, Flavia Martins, LACERDA, Paulo Sérgio Bergo ; Joel Jones Junior. Desenvolvimento Sustentável E Química Verde. **Revista Quim. Nova**, Vol. 28, No. 1, 103-110, 2005. Disponível em: <http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=3133>. Acesso 21 jun. 2018.

SILVEIRA, Eduardo Malinverni da. **Princípios do direito ambiental.** Universidade de Caxias do Sul [On Line]. Caxias do Sul, RS, 2012. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/principios_direito_ambiental_EDUCS_ebooks.pdf> Acesso em 14 de jun. de 2018.

SILVESTRE, Mariel. **O Princípio do Desenvolvimento Sustentável no Direito Ambiental e instrumentos legais de sustentabilidade no que tange a algumas atividades geradoras de energia elétrica.** Curso de Política e Administração dos Recursos Naturais no Instituto de Geociências da UNICAMP. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/mariel_silvestre.pdf> Acesso 21 jun. 2018.

SOUZA, Ana Cristina Augusto. **A Evolução da Política Ambiental no Brasil do Século XX.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.geoplan.net.br>> Acesso: 09 jun. 2018.

SOUZA, Alexadre do Nascimento. **Licenciamento Ambiental no Brasil sob perspectiva da Modernização Ecológica.** Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em ciência Ambiental. São Paulo, 2009.

THOMÉ, Romeu. **O Princípio da Vedação de Retrocesso Socioambiental: no contexto da sociedade de Risco.** Editora Juspodivm. Salvador-BA, 2014. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/o-principio-da-vedacao-de-retrocesso-socioambiental-2014>>. Acesso 21 jun. 2018.

VASCONCELOS, Lorena Silva. O meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito e dever fundamental na Constituição Federal do Brasil de 1988. **Revista Jurídica FA7**, Fortaleza, v. IX, n. 1, p. 97-108, abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/download/103/104>
> Acesso 21 jun. 2018.

VERDAN, Tauã Lima. **Ponderações ao Princípio da Natureza Pública da Proteção Ambiental: Comentários Introdutórios**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro – 2014. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj043176.pdf>> Acesso: 14 jun. 2018.